



HEGEMONIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA CENTRAL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3856

Raony Palicer, UEM

Palavras Chave:

Hegemonia; Política Internacional; América Central.

Resumo

Neste trabalho nos dedicamos à análise da política internacional na América Central, entendida como o conjunto dos países dos sete Estados do istmo centro-americano e dos treze países-ilhas do Mar do Caribe. Pensamos a política internacional como a conexão entre as relações interestatais e os fatores transnacionais, o que resulta em um espaço de embates políticos e disputas hegemônicas segundo a abordagem gramsciana das Relações Internacionais. Nesse sentido, buscamos junto aos novos mecanismos de integração regional que atuam na América Central – Associação dos Estados do Caribe, Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América, Comunidade do Caribe, Sistema de Integração Centro-americano – e em seus respectivos desenvolvimentos históricos, dados de análise para visualizarmos as forças e fragilidades, bem como a posição atual desses países no sistema internacional contemporâneo. Concluímos apontando que apesar das enormes fragilidades a que a região está exposta – por sua dependência econômica, fragmentação política, posição geográfica e passado colonial – os países da América Central resistem e são atuantes no sistema internacional. Claramente a ausência de maiores recursos de poder não lhes permitem uma inserção e assertividade mais eficazes, porém, através dos esforços pela integração mostram-se cientes de seus desafios e em busca de soluções para superá-los.

Durante séculos a América Latina se viu ruída pelos interesses estrangeiros que fragmentaram a região, desde a Grã-Colômbia de Simon Bolívar¹ até as Províncias Unidas da América Central, as diferentes tentativas de se manter unida a América Latina, ou ao menos parte dela, se desintegraram. Com a formação de diversos Estados soberanos relativamente consolidados e com histórias e culturas nacionais próprias, uma união política e econômica total se torna extremamente complexa e as tentativas realizadas nesse sentido falharam

por el predominio de heterogéneas fuerzas centrífugas (internas y externas) y las dificultades entonces insalvables derivadas de las utópicas aspiraciones de querer imponer grandes unidades estatales sobre estructuras socio-económicas precapitalistas, incapaces de proporcionar las bases objetivas para una sólida unidad hispano-americana (VILABOY E GALLARDO, 2000, p. 60)

Todavía, desde a ascensão da hegemonia estadunidense os Estados da região perceberam que estariam mais sujeitos ao jugo dos Estados Unidos caso se mantivessem isolados. Com isso, começa a surgir uma teia de acordos diplomáticos e promessas de apoios mútuos visando o fortalecimento da região. Não surpreende que já em 1831 seja justamente o México, acossado frequentemente pelos Estados Unidos, a clamar pela unidade latino-americana. Segundo Vilaboy e Gallardo (2000 p. 60), o México “*agobiado por las groseras violaciones*

de sus fronteras por colonos y aventureros procedentes de Estados Unidos y las desmedidas exigencias comerciales de Inglaterra” propõe a recuperação do ideário do Congresso do Panamá:

a través de una convocatoria claramente unionista formulada por el canciller Lucas Alamán en noviembre de 1831. Para Alamán la desunión e inexperiencia de los nuevos estados hispanoamericanos había traído graves consecuencias [...] dando por resultado ventajas exclusivas a Inglaterra y los Estados Unidos (VILABOY E GALLARDO, 2000, p. 60)

O mesmo ocorre em Cuba, durante a guerra da independência, com a ideia de *Nuestra América*, cunhada por José Martí. Assim, a medida que se expande a hegemonia estadunidense, se fortifica o contraponto latino-americano, com os países que sofrem mais incisivamente com a atuação estadunidense denunciando seus perigos e invocando a união latino-americana como uma tentativa de resistência, a qual pode ter um caráter instrumental, como a proposta mexicana, ou vir a ser uma alternativa hegemônica, como a que ecoará de Martí até a Revolução Cubana.

Com isso, o ideal integracionista pode ser entendido como tão antigo quanto o próprio continente latino-americano e deriva em certos aspectos do contraponto com a hegemonia estadunidense. As constantes mudanças no capitalismo mundial e seus padrões de dominação externa geravam concomitantemente reflexos nos projetos de integração latino-americanos em seus variados tipos. Quando o capitalismo assume sua “fase superior” na forma de imperialismo (LENINE, 1984) sua incorporação na América Latina influi diretamente nos Estados nascentes. No encontro dessa nova forma de expansão capitalista com o atraso advindo da manutenção de estruturas econômicas coloniais (baseados na exportação de matéria-prima e bens primários) pelas

¹ A Grã-Colômbia, à época das independências latino-americanas, abarcava todo o território que hoje está subdividido entre os Estados da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela. Além disso, as pretensões de Bolívar incluíam uma confederação com o restante do continente, expressos na Carta da Jamaica de 1815, cuja construção chegou a ser esboçada no Congresso do Panamá de 1826, mas não avançou (VILABOY E GALLARDO, 2000)

elites dominantes da América Latina, tem-se a origem do capitalismo dependente:

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1975, p.16)

Portanto, a “dominação externa imperialista” exposta por Fernandes não faz referência ao uso comum do termo “imperialismo” como domínio e expansão territorial, mas remete à conceitualização leninista do imperialismo como uma nova fase do capitalismo, na qual temos “a partilha do mundo entre as associações de capitalistas e as grandes potências” (LENINE, 1984) derivada da dominação dos monopólios, da exportação de capitais e do predomínio do capital financeiro, sendo este último entendido como “a fusão do capital industrial com o capital bancário” (MATHIAS, BRITO, 2016, p. 334).

Na América Central, desde 1951 os países hispânicos do Istmo – com exceção do Panamá vinham construindo um mecanismo de integração regional, a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA). Logo em seus primeiros anos a ODECA enfrentou situações desafiadoras no campo político, como o conflito entre o governo guatemalteco e salvadoreño, com Jacobo Árbenz se recusando a assinar uma resolução anticomunista proposta por El Salvador, ou ainda o golpe de estado que derrubou o próprio Árbenz. Em contrapartida, o campo econômico alcançou rapidamente avanços

consideráveis com a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). Embora a ODECA tenha sido substituída em 1993 pelo Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), o Mercado Comum segue atuante e integrado ao novo sistema, o qual inclui além dos países fundadores da ODECA, Belize Panamá e República Dominicana.

Também no mar do Caribe um grupo de pequenos Estados que recém haviam conquistados sua independência unem-se em uma instância de integração econômica e concertação política, é a Comunidade do Caribe (Caricom), fundada em 1973 por doze países-ilhas anglófonos: Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago.

Em organismos de caráter intergovernamental, como o são o SICA e a Caricom, encontramos um espaço onde as disputas hegemônicas se revelam seja no plano interno, seja no plano externo. Em ambas as organizações a mais alta instância decisória é uma espécie de cúpula de Chefes de Estado precedida pelos Conselhos de Ministros. Dessa forma garante-se o poder de decisão da associação ao poder executivo de cada Estado, isto é, em termos de poder revela a centralidade daquilo que Gramsci chamou de sociedade política. Não obstante, setores da sociedade civil também participam dos organismos, de forma direta ou indireta. A Caricom, por exemplo, possui uma rede de instituições associadas que participam diretamente dos debates propostos, tais como a Universidade das Índias Ocidentais (*University of West Indies*, UWI) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe. Outros setores da sociedade civil também agem indiretamente, na medida em que pressionam seus respectivos chefes de Estados para levar suas pautas à discussão, dentre estes destacam-se as

empresas nacionais e os movimentos sociais. Adicionalmente, não podemos subestimar a atuação de empresas transnacionais, as quais agem sobre os governos da região, como os complexos turísticos espanhóis² e as petroleiras³ e indústrias de frutas estadunidenses⁴.

Assim sendo, as organizações intergovernamentais mostram-se entremeadas por interesses diversos, não raramente conflitantes, tanto na relação entre os Estados como nas relações no interior destes, o que implicará na dinâmica de sua política externa. A profusão de organismos desse tipo surgidos no pós-guerra representa uma reorganização do sistema internacional em torno de novos projetos político-econômicos em consonância com a nova etapa do capitalismo mundial, sob o *imperialismo total* estadunidense.

A Caricom, por exemplo, aparece como um projeto liberalizante para dentro e protecionista para fora, uma vez que derrubaram-se tarifas e abriram-se os mercados para os países-membros, incentivando o comércio intra-regional, ao mesmo tempo em que se levantavam pesadas barreiras para países de fora do grupo (COLL, 2000).

Tal modelo era tributário das ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e como tal estava balizado em uma política de industrialização por substituições de importações, na presença e atuação constante do Estado, no protecionismo econômico e na atração de inversões estrangeiras, ficando conhecida na região pelo termo "*industrialización por invitación*" (AXLINE, 2002, p.169). O modelo

alcançou resultados efetivos, porém não na dimensão e nem sempre no sentido desejado. O comércio intra-regional observou quase uma década de aumento a partir da criação da Caricom, assim como teve início o processo de industrialização de alguns países da região, porém as inversões estrangeiras não foram devidamente controladas, resultando no controle transnacional dos setores industrializados e a permanência da necessidade de importar-se bens básicos, como alimentos, conforme expõe Coll (2000, p.8):

A contrapelo de las expectativas, la industria establecida por la inversión extranjera no trajo consigo los efectos que se habían previsto, no contribuyó a crear las necesarias relaciones intersectoriales, ni a solventar el creciente desempleo. El sector agropecuario estuvo controlado cada vez más por el capital extranjero y no por el nacional como se había previsto, y adicionalmente con el incremento de la mecanización en la actividad se generó un incremento de migración del campo a las ciudades. (COLL, 2000, p.8).

Com efeito, a proposta inicial da Caricom esbarrou nos limites da proposta desenvolvimentista em que se baseava, pois tinha pretensões de controlar o capital transnacional, mas se viu dominada por ele. Os interesses integracionistas provaram-se frágeis diante dos interesses privados das corporações internacionais, principalmente estadunidenses, em plena ascensão:

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional auto-sustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder

² Tais como: Mélia Hotels International, Orizonia Corporación e Grupo Piñero.

³ Entre as quais podemos citar a Exxonmobil, a Chevron e a Noble Energy.

⁴ Das quais se destacam a Dole Food Company, a Del Monte Fresh Produce e a Chiquita Brands (atual denominação da outrora onipotente United Fruit Company)

ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “desarrolismo” ou o “desenvolvimentismo” recebendo um apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um pólo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores, moldadas para o mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados (FERNANDES, 1975, p.22).

Apesar de ter entre seus eixos fundantes a proposta de estimular o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos da região e atuar neste sentido com a criação do Banco de Desenvolvimento do Caribe e a Corporação de Inversões do Caribe, a Caricom gerou desconfianças e deixou insatisfeitos esse grupo de países, dando origem a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Em plena Guerra Fria, a Caricom ainda se encontraria mais dividida quando Jamaica e Granada seguiram no fluxo contrário aos demais países do grupo. Enquanto a Caricom estreitava laços com os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Europa, isto é, com os países centrais, afastando-se do protecionismo e abraçando uma liberalização já nos moldes do neoliberalismo que varreria a América Latina, a Jamaica, uma das maiores e mais desenvolvidas ilhas da região e Granada, na situação oposta (pequena e pouco desenvolvida), investiram em processos de caráter popular e revolucionário.

Na Jamaica o governo de Michael Norman Manley e o Partido Nacional Popular (*People's National Party*, PNP) autoproclamaram-se um “socialismo democrático”. Vencedores das eleições com maioria parlamentar em 1972 e 1976, o PNP intensificou o controle estatal na economia através da aquisição de empresas estrangeiras e políticas que regulavam a exploração de bauxita – principal produto de exportação jamaicano – criou uma legislação trabalhista garantindo o salário mínimo, auxílio maternidade, igualdade salarial entre homens e mulheres e criou uma rede de ensino público gratuito (STEPHENS; STEPHENS, 1986).

A figura de Michael Manley até hoje divide opiniões. Para a Caricom, ele foi um “*agitator and champion of the cause of the working class*” (CARICOM, 2017), merecedor da Ordem da Comunidade do Caribe, distinção cedida para personalidades que contribuíram para o avanço do regionalismo caribenho. Porém, ao final de seu segundo governo o país se encontrava em uma grave estagnação econômica com a fuga de capitais estrangeiros e nacionais, o que autores como Winston James (1983) atribuem ao desencontro entre a retórica “socialista” de Manley e suas práticas mais voltadas para a burguesia jamaicana e internacional, entre elas o repúdio a qualquer forma de expropriação da propriedade privada e a “economia mista” que no fim revelava-se muito mais vantajosa para os entes privados do que públicos.

Porém, os tempos não eram propícios para algum governante na América Latina dizer-se socialista, mesmo que seus atos não condissessem com a retórica. Os discursos inflamados de Manley pela equidade social, seu apoio expresso e aproximação com o governo cubano, além dos avanços efetivos na legislação trabalhista atraíram contra si a ira e o poderio hegemônico estadunidense.

A estagnação econômica e a investida estadunidense foram mais do que suficientes para porem fim no “socialismo democrático” de Manley, que já se encontrava isolado, sem o apoio das classes dominantes tanto internas, quanto externas para quem seu discurso se tornara perigoso. A eleição de 1980 foi vencida por Edward Seaga, que iniciou uma era de austeridade, autoritarismo e alinhamento automático com os Estados Unidos.

O caso de Granada é diametralmente oposto em seus meios, pois a radicalização esteve presente desde o início com a ascensão do movimento revolucionário *New Jewel* – o qual mesclava o ideário socialista com o movimento *Black Power* – tomando o poder em 1979. A resposta estadunidense também foi proporcionalmente mais célere e violenta. Desde a ascensão de Maurice Bishop a pequena ilha ficaria em estado de alerta para a possibilidade de uma intervenção estadunidense ao mesmo tempo em que avançava na condução de políticas socialistas e tentava manter o elo firmado com a Caricom, inclusive intensificando-o (GONZÁLEZ, 1982). Os receios provaram-se justificados quando em 1983 os Estados Unidos enfim invadem Granada, na chamada Operação *Urgent Fury*, que colocou fim definitivo no processo revolucionário granadino. A invasão foi apoiada formalmente por países-membros da Caricom, criando assim uma divisão no organismo (FARIAS, 2000).

Entretanto, o pluralismo ideológico expresso no Tratado de Chaguaramas foi suficiente para manter a coesão da Caricom em seu momento mais crítico. Além disso, com a queda dos governos “desviantes” da Jamaica e de Granada, a Caricom encontrar-se-ia novamente em conjunto, sem cisões graves e alinhada ao governo estadunidense. Estavam postas, portanto, as condições ideais para o avanço da hegemonia estadunidense através da

ideologia e dos mecanismos políticos neoliberais. Conforme aponta Mathias (2012, p.123):

Os desdobramentos relativos ao abandono da concepção que confere ao mercado interno a capacidade de ser o núcleo dinâmico da economia, tanto pode aumentar a fragilidade da economia nacional em relação às empresas transnacionais, quanto pode aprofundar as desigualdades sociais superpostas à heterogeneidade regional em termos de desenvolvimento. Acrescente-se que, do ponto de vista hegemônico, a finalidade da agenda neoliberal [na América Latina] se referiu a recomposição de taxas altas de crescimento dos países potências.

A tônica neoliberal na Caricom culminou na Revisão do Tratado de Chaguaramas, em 2002, no qual o enfoque do organismo passa a ser o regionalismo aberto – a versão integracionista das reformas para o mercado – onde a liberalização intra-regional serve de plataforma para a abertura econômica e para qual a:

Creation of a single regional economic space is supposed to induce cross-border investment, enable businesses to realise economies of scale and provide them with access to a wider pool of labour and services. Efficiency gains will increase the international competitiveness of regional production, leading to higher levels of local and foreign investment and increased exports to extra-regional markets. (GIRVAN, 2010, p.44).

No entanto, os visíveis retrocessos que se seguiram à implementação de tais políticas nutriram desconfianças dos governos da região em relação a seus supostos benefícios e frearam seu desenvolvimento, fazendo com que o regionalismo aberto avançasse lentamente. Em vez disso, a Caricom

passou a diversificar sua rede de relações, historicamente dominada pela tríade EUA-UE-Canadá, aproximando-se dos demais países latino-americanos.

Em 1989, foi criada pela Caricom a *West Indies Commission* (WIC), entidade independente formada por líderes, técnicos e acadêmicos da região, imbuída da missão de formular propostas para “preparar o Caribe para o século XXI” a serem entregues antes do encontro de chefes de Estados do organismo que ocorreria em 1992 (WIC, 1992, p.4).

A Comissão cumpriu sua tarefa através do relatório “*Time for Action*”, no qual entre mais de 200 propostas, o relatório fazia menção à ideia de círculos concêntricos e propunha uma expansão das relações com a região mais ampla da América Central, com a Caricom como um núcleo e uma liderança:

It may produce circles of association that start with the intimate West Indian family and others that encompass an extended family of the non-English speaking islands of the Caribbean, and a still larger circle of closer relations with countries of the Caribbean Basin that includes territories of the South America and Central American littoral. We believe that we have to be confident of both our identity and our capacities, and be ready to take a lead in the creation of a real Community of the entire Caribbean (WIC, 1992, p.444)

O protagonismo e a liderança assumida pelos países da Caricom na criação e atuação desse novo organismo seria a chave para a não dissolução de um organismo ao outro, isto é, para que essa nova e mais ampla comunidade não excluísse e subestimasse as pequenas ilhas. Por ser mais uma entre inúmeras sugestões presentes no relatório a construção desse organismo não é detalhada, deixando claro que muitos aspectos concernentes a sua construção

deverão ser posteriormente elaborados, desenvolvidos e negociados, porém, a ideia central, a delimitação, os argumentos e mesmo o nome da Associação dos Estados do Caribe já são encontrados no documento.

Com a boa recepção da proposta pelos países da região, aliado ao enfoque e priorização dados para a construção da AEC por parte da Caricom, a associação foi constituída com relativa rapidez. Após algumas reuniões de trabalho⁵ entre os países membros, foi assinado o Convênio Constitutivo da Associação de Estados do Caribe, já em 1994, que incluía desde o início os 13 países-ilhas, 7 países do istmo, o G3⁶, Suriname e Guiana. Além disso, os territórios dependentes eram convidados a participar como membros-associados.

Nesse primeiro momento de sua criação, podemos afirmar que a AEC é mais um organismo com enfoque principalmente econômico, com a integração vista como um instrumento para o desenvolvimento do comércio intra-regional. Esse enfoque estará exposto na Declaração de Princípios e no Plano de Ação em Turismo, Comércio e Transportes, publicados ao fim da primeira cúpula de chefes de Estado da associação (AEC, 1995).

Embora a taxa de crescimento do comércio entre os Estados da AEC tenha aumentado mais do que a taxa relativa ao comércio com os países de fora do grupo, quando visto em números absolutos a AEC representa apenas 10% do comércio dos países da região (SELA, 2015). Além disso, vê-se claramente uma concentração das movimentações nos países do G3.

⁵ A primeira reunião ocorreu na Jamaica em 1994, com a intenção de construir uma visão comum sobre a natureza, escopo e objetivos da associação, mais duas reuniões fizeram-se necessárias, uma em Santo Domingo e a última na Cidade do México. (AEC, 2014, p.27)

⁶ *Grupo de los três*: Colômbia, México e Venezuela.

O organismo também possuiu contradições internas desde sua origem, entre as quais destaca-se a ambivalência nas relações entre EUA e Cuba. Desde o relatório da WIC buscava-se uma aproximação com o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), encabeçada pelos Estados Unidos em conjunto com o México e o Canadá. Por outro lado, a inclusão de Cuba sempre foi considerada essencial e se apresentou como um marco importante, tanto para o rompimento do isolamento cubano pós-Guerra Fria, quanto para uma verdadeira integração caribenha, que perderia valor sem uma das suas maiores e mais importantes ilhas. Seria impossível pensar um acordo entre a AEC e o NAFTA que incluísse Cuba, seja pelo que isso representaria para o modelo cubano, seja pelo lado estadunidense, há décadas mantendo o bloqueio econômico.

Não obstante essas divergências, o organismo manteve-se unido e foi efetivo na redução de barreiras alfandegárias para o comércio na região, porém, o pequeno progresso verificado no montante das importações e exportações intra-regionais demonstrou que o empecilho nunca fora tarifário, mas sim estrutural.

Como resultado, a cooperação assumiu maior importância nos debates do organismo, passando a ser enxergada como o caminho para a superação desses entraves. O ano de 2001 marca essa ascensão dos processos cooperativos, com o estabelecimento do Grão-Caribe como uma Zona de Cooperação, segundo a Declaração de Margarida.

Como efeito prático, a declaração convertia o Fundo Especial da AEC em uma agência para a promoção, financiamento e execução de projetos para a cooperação internacional, selecionando e avaliando os projetos para o qual seriam destinados os recursos do Fundo, abastecido através de doações dos estados-membros, associados, ou mesmo

terceiros. A partir de então o foco das próximas Cúpulas de Chefes de Estados da AEC passou a ser o desenvolvimento dessa *Zona de Cooperación*, com avanços graduais, mas regulares, que culminaram na criação de diversos mecanismos como a Zona de Turismo Sustentável do Caribe (ZTSC), o Acordo de Cooperação Regional em Matéria de Desastres Naturais e a Plataforma de Informação Territorial do Grão-Caribe para a Prevenção de Desastres (PITCA) e o programa “*Unir al Caribe por Aire y por Mar*” (SELA, 2015; AEC, 2016).

Desse modo, verifica-se que as propostas são muitas e apresentam um enorme potencial para a construção de uma rede de infraestrutura na América Central, porém, os avanços concretos são modestos, a cada nova reunião se reafirmam os compromissos e os projetos da reunião anterior, se discute e refinam-se os termos dos mais diferentes mecanismos, mas nunca chegam a se constituir na prática. A área que mais se desenvolveu sem dúvida é o turismo, porém, dominado pelas corporações internacionais, principalmente as empresas “balears”⁷.

Sob a égide do neoliberalismo tais empresas encontraram na América Central um território fértil para sua expansão e altamente lucrativo, com mão-de-obra barata, isenções fiscais e belezas naturais abundantes. Até mesmo Cuba abre parte de sua economia para as cadeias hoteleiras. Como se não bastasse essas facilidades, o turismo “balear” traz consigo uma sanha privatista, monopolizando recursos hídricos e inclusive proibindo acesso de moradores

⁷ Cadeias hoteleiras sediadas nas Ilhas Baleares que se expandem junto com o turismo de massa nessa região espanhola, entre elas se destaca o *Mélie Hotels International*. A financeirização e a verticalização (com construções de verdadeiros enclaves ao redor de seus hotéis ou resorts) caracterizam esse modelo turístico de alto impacto para o meio ambiente e as populações locais (BLÁSQUEZ; CAÑADA; MURRAY, 2011).

locais às praias que sempre frequentaram. Em suma, o desenvolvimento do turismo não trouxe vantagem para as populações locais, a não ser algumas vagas de empregos de menor remuneração e rede de trabalho informal.

Se o desenvolvimento turístico foi problemático, nas outras áreas reina a estagnação. O comércio intra-regional permanece pequeno, o transporte ainda é limitado e os furacões, terremotos e maremotos deixam um rastro de destruição a cada nova temporada, fazendo com que os desafios enfrentados pela AEC atualmente sejam os mesmos de sua fundação. Melhor dizendo, os desafios atuais são ainda maiores, pois se na sua origem a AEC contava com o entusiasmo de seus fundadores, atualmente paira a desconfiança e sem o protagonismo da Caricom, a AEC segue em passos lentos.

Segundo Gramsci (2016, p.21, Q13 §5), há, de acordo com os fins que se buscam, duas formas de atuação política. A “pequena política” na qual ocorrem disputas dentro de uma ordem já estabelecida e a “grande” ou “alta política”, que compreende a luta pela transformação ou conservação dessa ordem, isto é a destruição ou defesa de “determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Essa diferença se dá tanto no plano interno, quanto externo:

Os mesmos termos se apresentam na política internacional:1) a grande política nas questões relacionadas com a estatura relativa de cada Estado nos confrontos recíprocos; 2) a pequena política nas questões diplomáticas que surgem no interior de um equilíbrio já constituído e que não tentam superar aquele equilíbrio para criar novas relações (2016, p.22, Q13 §5).

Nem todas as questões da *pequena política* devem ser alçadas para a *grande política*, o que geraria um diletantismo improficuo, porém, não se

pode reduzir tudo à *pequena política* – e tentar fazer isso seria um exercício de *grande política* (GRAMSCI, 2016, p.22, Q13 §5). Nesse sentido, tanto a AEC quanto a Caricom provaram-se insuficientes para a integração da América Central, pois, se de um lado, a constituição dos organismos internacionais decorre da política internacional, portanto da grande política, de outro lado, considerando os seus propósitos voltados para o mercado, permaneceram circunscritas à *pequena política*. Na ação desses organismos a transformação das estruturas político-econômicas que geram sua dependência jamais foi enfrentada, mesmo quando essa transformação era almejada por alguns de seus países-membros.

Referências

- AEC. **Declaration of Principles and Plan of Action on Tourism, Trade and Transportation**. Port-of-Spain, 1995. Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=documents/osg/1995/declaration-of-principles-and-plan-of-action>>. Acesso em 14 jan. 2017.
- AEC. **Plan de Acción para el Periodo 2016-2018**. La Habana, 2016. Disponível em: <http://www.acs-aec.org/sites/default/files/plan_de_accion_vii_cumbre_habana_spa.pdf>. Acesso em 14 jan. 2017.
- AXLINE, Andrew. La política del regionalismo y las asimetrías: perspectivas para la integración hemisférica en las Américas. In: LOMBAERDE, Philippe de (Ed.). **Integración asimétrica y convergencia económica en las Américas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 159-196.
- BLÁZQUEZ, Macià; CAÑADA, Ernest; MURRAY, Ivan. Búnker Playa-sol: conflictos derivados de la construcción de enclaves de capital transnacional turístico español en el Caribe y Centroamérica. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 368, p.1-17, jul. 2011
- CARICOM. **Michael Norman Manley**. Disponível em: <http://archive.caricom.org/jsp/projects/personalities/michael_norman.jsp?menu=projects>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- CARICOM. **Revised Treaty of Chaguaramas:**

Establishing the Caribbean Community Including the Caricom Single Market and Economy. Nassau, 2001. Disponível em: <<http://caricom.org/about-caricom/who-we-are/our-governance/the-revised-treaty/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COLL, Armando López. **La Comunidad del Caribe (CARICOM) en la encrucijada**. La Habana: Centro de Investigaciones de Economía Internacional, Universidad de La Habana, jan 2000.

FARIAS, Déborah Barros Leal. **O Brasil e o CARICOM**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 1, n. 43, p.43-68, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIRVAN, Norman. Caribbean Community: The Elusive Quest for Economic Integration. In: HALL, Kenneth; CHUCK-A-SANG, Myrtle. **CARICOM: Policy Options for International Engagement**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2010. p. 34-67.

GONZÁLEZ, Adolfo. **La revolución de Granada**. Nueva Sociedad, Caracas, n. 58, p.81-92, jan. 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Edição e Tradução. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

JAMES, Winston. The decline and fall of Michael Manley: Jamaica 1972 - 1980. **Capital & Class**, Edinburgh, v. 7, n. 1, p.143-182, set. 1983.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: LENINE, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Progresso, 1984.

MARTÍ, José. **Obras completas**. Vol. 20: Epistolario. Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

MATHIAS, Meire. O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990. **Novos Rumos**, Marília, p.121-134, jul. 2012.

MATHIAS, Meire; BRITO, Cássius M. T. M. B. de. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo. **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**.

SELA. **Evolución de la Asociación de Estados del Caribe (AEC)**. Caracas: Sela, 2015.

STEPHENS, Evelyne Huber; STEPHENS, John. **Democratic Socialism in Jamaica: The Political Movement and Social Transformation in Dependent Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

VILABOY, Sergio Guerra; GALLARDO, Alejo Maldonado. Raíces históricas de la integración latinoamericana. In: CRISORIO, Carolina et al. **Historia y Perspectiva de la integración latinoamericana**. Morelia: Asociación para la Unidad de Nuestra América (AUNA)/Escuela de Historia de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2000. p. 31-84.

WIC. **Time for Action: report of the West Indian Commission**. Kingston: University of the West Indies, 1992.